

DUARTE RODRIGUES NUNES

A COLABORAÇÃO PREMIADA

ÍNDICE

Abreviaturas	5
CAPÍTULO I	
ASPETOS GERAIS DA COLABORAÇÃO PREMIADA	
1. Introdução	7
2. Conceito de colaboração premiada. Distinção de figuras afins.....	14
3. Natureza jurídica da colaboração premiada	23
CAPÍTULO II	
A UTILIDADE DA COLABORAÇÃO PREMIADA COMO INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	
1. As especiais dificuldades da investigação da criminalidade organizada, da criminalidade económico-financeira, do terrorismo e do cibercrime	27
2. A necessidade da colaboração premiada para responder à criminalidade organizada, à criminalidade económico-financeira, ao terrorismo e ao cibercrime...	30
CAPÍTULO III	
DA ADMISSIBILIDADE DA COLABORAÇÃO PREMIADA À LUZ DO DIREITO PORTUGUÊS	
1. Introdução	35
2. Argumentos contra a admissibilidade da colaboração premiada.....	36
2.1. Argumentos de Direito processual penal.....	37
2.1.1. Violação de princípios fundamentais do processo penal e de direitos processuais	37
2.1.1.1. Incompatibilidade com o princípio da legalidade da promoção processual	37

2.1.1.2. Incompatibilidade com a presunção de inocência.....	40
2.1.1.3. Incompatibilidade com o princípio da lealdade processual	42
2.1.1.4. Incompatibilidade com o princípio da estrutura acusatória	44
2.1.1.5. Incompatibilidade com o princípio da jurisdição.....	46
2.1.1.6. Violação da reserva de Juiz.....	48
2.1.1.7. Incompatibilidade com as garantias de imparcialidade do Juiz .	51
2.1.1.8. Incompatibilidade com o princípio da igualdade (entre os vários coarguidos)	52
2.1.1.9. Incompatibilidade com o nemo tenetur se ipsum accusare.....	54
2.1.1.10. Incompatibilidade com o direito ao contraditório e com o direito do arguido a estar presente (e a que todos os demais coarguidos estejam presentes) na audiência de julgamento	56
2.1.2. A colaboração premiada é um método proibido de prova	60
2.1.3. A pouca credibilidade e a inutilidade dos depoimentos//declarações do “arrependido”	62
2.2. Argumentos de Direito penal	64
2.2.1. Incompatibilidade dos benefícios concedidos ao “arrependido” com a prevenção geral e a prevenção especial.....	64
2.2.2. Incompatibilidade com o princípio da culpa.....	66
2.2.3. Incompatibilidade com o Direito penal do facto.....	67
2.2.4. Incompatibilidade com alguns tipos de crime da Parte Especial do Código Penal	68
2.3. Violação do contrato social pelo Estado ao negociar com criminosos algo (a pena) que não está na sua disponibilidade.....	70
3. Argumentos a favor da admissibilidade da colaboração premiada (remissão)	70
4. Tomada de posição: a compatibilidade da colaboração premiada com o Direito português	71
4.1. Refutação dos argumentos de Direito processual penal que têm sido esgrimidos contra a admissibilidade da colaboração premiada	75
4.1.1. O argumento da incompatibilidade com o princípio da legalidade da promoção processual	75
4.1.2. Os argumentos da incompatibilidade com a presunção de inocência e com o nemo tenetur se ipsum accusare.....	77
4.1.3. O argumento da incompatibilidade com o princípio da lealdade processual	84
4.1.4. O argumento da incompatibilidade com o princípio da estrutura acusatória.....	86

ÍNDICE

4.1.5. O argumento da incompatibilidade com o princípio da jurisdição	88
4.1.6. O argumento da violação da reserva de Juiz.....	90
4.1.7. O argumento da incompatibilidade com as garantias de imparcialidade do Juiz.....	91
4.1.8. O argumento da incompatibilidade com o princípio da igualdade	92
4.1.9. O argumento da incompatibilidade com o direito ao contraditório e com o direito do arguido a estar presente (e a que todos os demais coarguidos estejam presentes) na audiência de julgamento.....	98
4.1.10. O argumento de que a colaboração premiada é um método proibido de prova.....	100
4.1.11. O argumento da pouca credibilidade e da inutilidade dos depoimentos/declarações do “arrendido”	102
4.2. Refutação dos argumentos de Direito penal que têm sido esgrimidos contra a admissibilidade da colaboração premiada.....	104
4.2.1. O argumento da incompatibilidade dos benefícios concedidos ao “arrendido” com a prevenção geral e a prevenção especial.....	104
4.2.2. O argumento da incompatibilidade com o princípio da culpa.....	109
4.2.3. O argumento da incompatibilidade com o Direito penal do facto	110
4.2.4. O argumento da incompatibilidade com alguns tipos de crime da Parte Especial do Código Penal.....	111
4.3. Refutação do argumento da violação do contrato social pelo Estado	112
4.4. A colaboração premiada é admissível à luz do Direito português? ...	113
5. A Jurisprudência da Comissão Europeia dos Direitos Humanos, do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e do Tribunal de Justiça da União Europeia....	118

CAPÍTULO IV

O REGIME JURÍDICO DA COLABORAÇÃO PREMIADA PROPOSTO

1. Necessidade de previsão legal?	127
2. Negociação da colaboração ou simples aplicação de benefícios no despacho final de inquérito, na decisão instrutória ou na sentença?.....	128
3. Catálogo de crimes?.....	132
4. Adequação, necessidade e proporcionalidade do recurso à colaboração premiada.....	134
5. A voluntariedade da colaboração e a assistência obrigatória por defensor... ..	142
6. As negociações do acordo de colaboração premiada. O momento processual em que a proposta de negociação de acordo de colaboração premiada poderá ser formulada. A desistência das negociações.....	147

A COLABORAÇÃO PREMIADA

•

7. A questão dos líderes de organizações criminosas ou terroristas.....	152
8. A homologação do acordo de colaboração premiada	154
9. A relevância da colaboração. A eficácia extraprocessual do acordo de colaboração premiada	158
10. O incumprimento, pelo “arrependido”, do acordo de colaboração premiada.....	162
11. Os direitos de que o “arrependido” goza e os benefícios que poderão ser concedidos	164
12. O valor probatório das declarações/depoimento do “arrependido”	172
Bibliografia.....	175
Jurisprudência	185
Índice.....	189

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt